FOLHETO
Nº 049
DATA 21/11/02

TESE

PARA

PROVIMENTO DA CADEIRA DE GEOGRAFIA E HISTORIA

DA

Escola de Comercio "Solon de Lucena"

DO

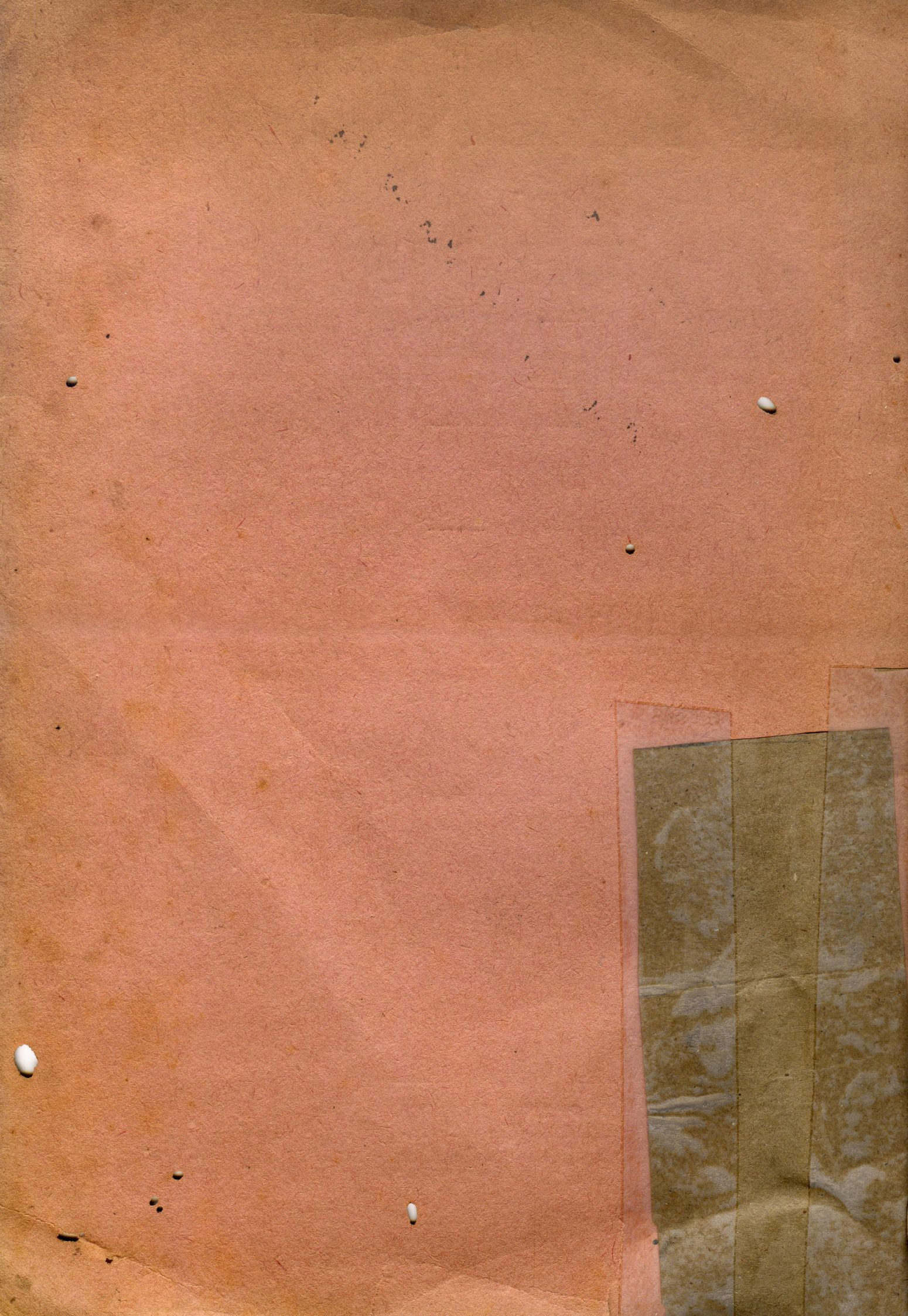
ESTADO DO AMAZONAS

OS JESUITAS NA AMAZONIA

POR

Thales de Menezes Loureiro

MANAUS
IMPRENSA PUBLICA
1938



TESE

PARA

PROVIMENTO DA CADEIRA DE GEOGRAFIA E HISTORIA

DA

Escola de Comercio "Solon de Lucena"

DO

ESTADO DO AMAZONAS

OS JESUITAS NA AMAZONIA

POR

Thales de Menezes Loureiro

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

MANAUS—1938

FOLHETO
Nº 049
DATA 21/11/02

A minha querido noiva

Chloè Ferreira Souto

Ex Libris Patricio Morea
Villa Ramirez Sarti

Os Jesuitas na Amazonia

Deixando de lado a catequése iniciada no sul, pelos padres que, sob a chefia de Manoel da Nobrega, desembarcaram na Bahia em 549, com o primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, e entre os quaes devia notabilisar-se mais tarde, José de Anchieta — o fundador de Piratininga, visa o nosso trabalho um plano mais restrito, alcançando de longe a obra das missões no norte do Brasil, e mais de perto, a que se prende á capitania do Grão-Pará, ou seja, os jesuitas na Amazonia.

Esta obra, cujo inicio vamos encontrar, alguns anos antes da fundação francêsa de São Luiz, por La Raverdiére, data de 1607, quando os jesuitas de Pernanbuco tentaram alcançar o Maranhão, dando-nos as cronicas do tempo, empenhados nesta perigosa missão, como pioneiros da fé católica ,os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira. Estes padres, que tinham a guia-los o espirito arrojado e intemerato, caracteristico dos missionarios da Campanhia de Jesus, partiram do pôrto de Recife, em um barco das salinas de Mossoró, e foram desembarcar na região de Jaguaribe, na foz do rio deste nome, fazendo daí caminho por terra com destino á Serra de Ibiapaba, centro de grande população indigena, litoriando depois até o Maranhão.

Devido ás perseguições e violencias que aos indios vinha fazendo o capitão-mór Pero Coelho de Souza, lograram os padres a estima do chefe Potiguar Algodão, e sob a proteção deste, estabeleceram, em sua passagem, varias aldeias, dentre as quaes devia destacar-se, a do Ceará, onde mais tarde foi fundada a cidade de Fortaleza.

Chegados, porem, á Serra de Ibiapaba, foram os dois missionarios e os seus indios companheiros, atacados pelos Tocarijús, sendo massacrado o padre Francisco Pinto, escapando milagrosamente o padre Luiz Figueira, fugindo para a aldeia do Ceará, seguindo depois para o Recife, e daí para a Europa.

Relata o barão de Studart, que os Tabajaras, que eram bons aliados dos padres missionarios, em represalia, exterminaram por completo a tribu dos ferozes tocarijús, resgatando os objetos sagrados que haviam sido tomados, os quaes fizeram, mais tarde, chegar ás mãos do padre Figueira.

Vemos, portanto, que foi inteiramente malograda esta missão, e dela só fazemos mensão, porque estava nos seus propositos atingir o extremo norte do Maranhão, de onde devia irradiar, quando sete anos depois ali voltou o padre Luiz Figueira, a atividade dos jesuitas na região amazonica.

Em 26 de junho de 1612, chega ao Maranhão a expedição de Francisco Rasilly e Daniel de La Ravardiére, destinada a ocupação definitiva e colonização desta região, por parte da França.

Embora só nos interessem as missões jesuitas, devemos lembrar aqui, que com os conquistadores francezes do Maranhão, vieram alguns religiosos capuchinhos, entre eles Claudio d'Abbeville, escolhidos para a conversão dos indigenas, o que igualmente aconteceu na expedição de Jeronimo de Albuquerque, contra esses mesmos francêses, em 1614, conduzindo os dois franciscanos Frei Cosme de São Damião e Frei Manoel da Piedade. Tanto em um como em outro caso, esses religiosos, apezar de terem vindo ao Maranhão, não tiveram intuito de estabelecer missões, pois eram mais, por investidura, capelães das expedições que acompanhavam.

Só em 1615, quando a armada de Alexandre de Moura veio completar a expulsão dos francêses de São Luiz, nela vieram os primeiros jesuitas destinados pelo provincial padre Toledo, a estabelecer missões no Maranhão, e foram eles, os padres Diogo Nunes e Manoel Gomes, que se fizeram acompanhar por tresentos indios catequisados.

Feita a reconquista do Maranhão, Alexandre de Moura encarrega a Francisco Caldeira Castelo Branco da fundação da cidade do Pará, o que se deu no começo do ano de 1616, partindo daí a obra da conservação dos indios do Amazonas, pois o proprio Caldeira levara comsigo dois religiosos, Frei Antonio da Marciana e Frei Christovam de São José. Já nesse tempo o Pará era habitado por gente de diversas nações, ali atraida pelas lendas de incalculaveis tesouros, mas, estabelecidos os portuguêses, cuidaram estes de expelir os invasores.

Chegamos aqui ao ponto em que os gentios do Pará se revoltam contra Caldeira Castelo Branco e põem cercó aos portuguêses, sendo estes libertados com os reforços trazidos de Pernambuco e Maranhão, distinguindo-se nesta ocasião o capitão Pedro Teixeira, mais tarde o desbravador do Amazonas até o Japurá.

Em represalia, Bento Maciel, um dos capitães que abriram o cêrco do Pará, moveu guerra de exterminio aos indios até o cabo de Orange. Até este ponto encontramos no Pará o trabalho isolado de alguns religiosos, entre eles o padre Manoel Fi-

gueira de Mendonça, vigario da nova povoação, mas a obra organisada das missões jesuiticas, esta ainda não havia no tempo de Caldeira, no Pará.

Vamos encontra-la, já bem iniciada, ao tempo da nomeação do primeiro Governador, Francisco de Albuquerque Coêlho de Carvalho, em Setembro de 1626, pois desde 1621, o Maranhão passara a ter um governo distinto, com um territorio que se estendia, desde os baixios de São Roque, até o rio Oyapock.

Data daí o movimento geral das ordens existentes no Maranhão, dando-se começo a construção de varios conventos, surgindo novamente no cenario da catequése no norte do Brasil, o padre Luiz Figueira, sobrevivente do massacre dos tocarijús, na serra de Ibiapaba. E' sob á ação infatigavel desse abenegado filho de Loyola, que se lançam neste mesmo ano, em São Luiz, os fundamentos do Colegio de Nossa Senhora da Luz, e começam as perigrinações catequisadoras do Amazonas. Ele proprio põe-se a frente de uma dessas missões e embrenha-se na floresta, alcançando o rio Xingú, onde evangelisa no meio as tribus que habitavam ás margens desse rio. Achando porem, que a catequése nestes lugares, exigia uma ação mais ampla, o padre Figueira regressou á Europa, onde junto ao governo de Madrid, que então dominava Portugal, impetrou soccorros materiaes e mais companheiros para a obra que encetara, sosinho, nas terras do Xingú.

Só em 1645, resam as cronicas, voltou o padre Luiz Figueira, acompanhando o governador Pedro de Albuquerque, o primeiro nomeados depois da restauração de Portugal, trazendo comsigo mais quatorze missionarios, sendo ele, o principal. Segundo reato do padre José de Moraes esta missão, alem do superior Figueira, se compunha dos seguintes Jesuitas: Simão Florim, Pedro de Figueiredo, Francisco do Rego, Barnabé Dias, João Leite, Francisco Pires e os irmãos Manoel de Lima, Manoel Vicente, Manoel da Rocha, Domingos de Brito, Pedro Pereira, Antonio de Carvalho e Nicolau Teixeira.

A fatalidade vinha novamente ao encontro da obra evangelica do padre Figueira. A embarcação em que viajara com seus irmãos de habito e na qual, como já foi dito, vinha tambem o governador Pedro Albuquerque, naufragou ao entrar na barra do Pará. Parte da tripulação e dos passageiros, inclusive o governador, padre Francisco Pires e os irmãos Antonio de Carvalho e Nicolau Teixeira, foi salva em duas canoas trazidas pelo capitão Pedro da Costa Favela da guarnição do Pará. Os naufragos restantes, entre os quaes estavam o Padre Figueira e os demais religiosos passaram-se a uma jangada feita com os des-

troços da náo sossobrada, acontecendo ser a dita jangada arrastada pelos ventos e pela correnteza á margem oposta, na ilha de Marajó, onde foram todos vitimas da ferocidade dos indios Aruans.

Dos tres religiosos que escaparam nas canôas do capitão Favela, nenhum ficou no Pará. Um foi chamado ao Maranhão, outro voltou á Lisbôa e o terceiro sucumbio á doença que contraio na região.

Fôra esta a segunda grande tentativa de catequése que a Companhia de Jesus via malograda no norte do Brasil, e agora já dentro do vasto estuario do Rio Mar, com sacrificio do Padre Luiz Figueira que, durante quasi meio seculo, entregara a vida em continuo holocausto á causa dos indios do Maranhão e Grão Pará.

Este martirologio, não obstante a tenacidade e o destemor dos missionarios, trouxe, todavia, um certo desanimo á catequése, e foi, por suas consequencias, o prenuncio das grandes dificuldades e provações porque tinha de passar a Companhia.

Estamos no ano de 1646, quando chegam de Portugal o padre Manoel Muniz e o irmão Gaspar Fernandes, afim de auxiliarem nas missões os padres Amodei e Francisco Pires, unicos representantes, então, da Companhia de Jesus, no Maranhão e Grão Pará.

Ao padre Amodei já, não o encontraram vivo, do que resultara ser o padre Francisco Pires naquele tempo o unico representante da Campanhia.

Após tres anos de apostolado desses jesuitas, ocorreu o lamentavel incidente do engenho de Antonio Muniz Barreiros, no Itapicurú.

Fôra dado em legado á Companhia o usofruto do referido engenho, e se achavam na administração do mesmo o padre Manoel Muniz e o irmão Gaspar Fernandes. Porque tivessem castigado uma india escrava do engenho, esta retirou-se para a mata, indo queixar-se aos indios da nação dos Uruatis.

Desde então decidiram os indios desagravar a india da ofensa recebida, e a frente do seu chefe Potiron, atacaram o engenho, onde puzeram em fuga os que o defendiam, ficando somente os padres que esperaram a morte de joelhos.

E esta lhes foi barbaramente influngida a golpes de cacête, dando-se com o martirio dos tres religiosos, um verdadeiro colapso nos trabalhos dos jesuitas no norte do Brasil, cujo zelo vinha esmorecendo em face dos consecutivos massacres dos padres, agravado pela atenção maior que a Companhia dispensava á catequése no sul.

Assim mostravam-se os colonos, cujo interesse maior estava em escravisar os indios, livres dos incomodos que os jesuitas lhe ofereciam nesse trafico, e contra os quaes, de quando em quando, explodiam as suas antipatias.

Estes, entretanto, previdentes para uma ação futura não esqueceram de arquivar em seus conventos e colegios documentos por onde se comprovassem que perto de dois milhões de indios fôrros pelas leis de 1570 e 1609, já tinham sucumbido em serviços violentos e guerras injustas, pelos capitães-generaes e governadores.

Dentro, porem, de suas proprias cubiças e crueldades, os colonos encontraram o castigo merecido, isto é, o de eles mesmos pedirem a volta dos missionarios jesuitas, sob pretexto de assim o exigir o bem estar dos indios, quando no fundo era a vingança de uns contra os outros, pois as missões eram o prejuizo certo das fortunas que assentavam em escravos indios.

Deste momento de anarquia, aproveitou-se a Companhia para tirar partido, fazendo ver á metropole que as missões só seriam eficientes na catequése se reunissem ao governo temporal dos indios, o espiritual.

Impunham-se, nesta conjuntura, medidas energicas em favor dos indigenas.

A historia está cheia dessas ocasiões em que um homem, como que providencialmente, aparece para interferir numa epoca.

E' nesta alternativa de acabamento ou resurgimento das missões no norte do Brasil que se levanta a fgiura empolgante do padre Antonio Vieira, destinado em 1653 a operar na catequése dos indios do Maranhão e Grão Pará.

A chegada do padre Vieira ao Maranhão corresponde, precisamente, ao tempo em que o governo do Pará se tornava independente daquela capitania, e o seu primeiro cuidado, de par com as missões do Maranhão, foi restabelecer as do Pará.

Trazendo instruções para o levantamento do cativeiro dos indios, debalde esperou Vieira a ação dos capitães-mores das duas capitanias, e debalde esperaria, porquanto estes, temerosos dos colonos, com medidas que lhes iam prejudicar seriamente, esquivavam-se de por em pratica as ordens régias. Não obstante, a Companhia, pelo orgão de Vieira, ia executando o que era possivel, e neste sentido expedio para o Pará os padres João de Souto Maior e Gaspar Fragoso.

E' nestes dois padres que devemos assentar o começo das novas missões dos jesuitas no Grão Pará, ou melhor, na Amazonia. Entretanto, pode-se ter ainda por malograda esta missão,

visto que os dois padres, em face da hostilidade do povo, insidiosamente açulado pela cupidez do capitão-mor e do vigario da matriz de Belém, foram obrigados, após ameaças e humilhações, a assinar um termo de não se intrometerem em negocios de indios.

Por esta ocasião, rebenta no Maranhão a rebeldia dos colonos contra a lei da liberdade dos indios, mandada publicar pelo capitão-mór Baltasar de Souza Pereira, rebeldia esta, incentivada pelo que no mesmo sentido acontecera no Pará.

Alegavam os colonos e com eles os vereadores, que era impossivel a colonia viver sem o cativeiro dos indios. Vieira resistia em favor das liberdades. Refletindo melhor, os vereadores acabaram por se reconciliar com os padres, e Vieira, por sua vez, em obter uma composição de interesses, convindo na suspensão da lei para se representar ao governo.

O governo de Lisbôa decidio em uma perfeita conjugação de interesses, onde intervinham os capitães-móres e as autoridades eclesiasticas, e tudo consoante ás sugestões do padre Vieira, em carta que dirigio ao Soberano, o que vinha demonstar a confiança régia em seus consêlhos.

Assim ajustadas as causas põe-se o padre Vieira, em pessôa, á frente de uma missão ao Pará, aí chegando a 5 de Outubro de 1653, tendo como companheiros os padres Francisco Veloso e Antonio Ribeiro, e o irmão Simão Luiz. Conta-se que logo após a sua chegada fez uma missão no rio Mojú.

No dia 13 de Dezembro, por sugestão do capitão-mór, a missão que ele preparara para subir o Amazonas, se fazia pelo Tocantins, onde dizia o mesmo capitão-mór, haver mais gentios, ocultando o ardil que tinha em mente de fazer da viagem dos padres degrão para a conquista desse rio.

Como toda missão era, em virtude de instruções regias, acompanhada de uma expedição militar, o chefe desta procurou a todo transe indispor-se com os padres, desgostando-se Vieira, que abandonou a jornada, regressando ao Pará. Compreendeu que tinha sido vitima de um embuste, e que contra os missionarios, trabalhavam, pondo em pratica esses planos diabolicos, os capitães-móres.

Deliberou recorer ao monarca, contra esses abusos e desacato ás ordens régias, embarcando-se para Lisbôa, onde chegou em Novembro de 1654, *sendo logo despachado muito a sua vontade, conforme e que pedia.*

Deste modo, regressou o padre Vieira, investido dos mais solidos poderes, o que se pode vêr da Provisão e Regimento de 9 e 14 de Abril de 1655, onde se encontra esta disposição.

"Que as aldeias e os indios de todo Estado sejam governados e estejam sob a disciplina dos religiosos da Companhia de Jesus; e que o padre Antonio Vieira, como superior de todos, determine as missões, ordene as entradas ao sertão e disponha os indios convertidos á fé pelos logares que julgar conveniente".

Já neste tempo as capitanias do Pará e Maranhão voltavam a constituir um só governo com séde em São Luiz, tendo Vieira vindo encontrar como capitão-general do Estado, um valoroso filho do Brasil, André Vidal de Negreiros, de quem o proprio Vieira dissera: "muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de Sua Majestade e sobretudo, muito desinteressado".

Tendo á frente do governo este justo varão, o Padre Vieira encetou um periodo de grandes cometimentos para a Companhia, desdobrando uma obra verdadeiramente providencial em torno das missões, distribuindo os chefes religiosos para todos os nucleos existentes.

Entretanto, a lei que Vidal de Negreiros tinha que fazer cumprir no Maranhão-Pará, melhorando de alguma forma a situação dos indios, todavia, não os libertava por completo do cativeiro dos colonos, e neste ponto, Vieira, com a sua alta sagacidade politica, levava em grande conta as necessidades da colonia e o quanto já alcançava a sua autoridade, em ser o superior das Missões quem designaria onde e quando tinham de se fazer as entradas e propor o cabo da escolta para a tropa de resgate.

E maior importancia lhe advinha ainda, de ser agora, ao mesmo Superior da Missão, a quem cabia nomear administradores para as aldeias de indios livres, passando ás mãos da Companhia uma enorme população, abrangendo onze aldeias no Maranhão e Gurupi, seis na visinhança do Pará, sete no Tocantins e vinte e oito no Amazonas.

Era este o vasto dominio dos jesuitas, ao qual, apezar das suas 38 aldeias, apenas começava agregar-se o Amazonas, como o mais assombroso alfôbre de gentilidade, incendiando o cerebro da Ordem para um vasto imperio religioso, maior que aquele que vinha preparando no Paragaui.

Por mais favoravel que se mostrasse André Vidal de Negreiros á sorte dos indigenas e á catequése dos missionarios jesuitas, nada podia acalmar a cubiça dos colonos em escravisar os indios, utilisando para este fim todas as dissimulações possiveis, não obstante sufocar-lhes a arrogancia, a conhecida severidade do capitão-general. Os missionarios compreendiam bem a situação, mas não esmoreciam em seus propositos, alvitrando Vieira ao governador, que o

melhor meio de congraçar, era mandar logo uma expedição contra os selvagens de Marajó — os feroses Aruans.

Foi encarregado desta missão o padre João de Souto Maior. Mais um malogro temos a assinalar nesta expedição que, sem nenhum resultado, voltou a Belém, depois de derrotada pelos indios, com grande pêrda. Ainda sob a direção eclesiastica de Souto Maior fez-se, em seguida, a jornada do Pacajá, com o mesmo insucesso.

Estes contratempos não emtibiavam o animo da Ordem que, dentro do espaço de cinco anos, de 1655 a 1660, dirigio as seguintes missões: do padre Francisco Veloso que, depois de ter percorrido o Amazonas até a foz do rio Negro, regressa e entra no Tocantins, e dali conduz mais de mil tubinambás, fundando com eles a aldeia do Espirito Santo na ilha do Sol. (O que ha de admiravel nesta missão é o poder de presuasão de um só missionario, conduzindo um verdadeiro exercito de indios, completamente entregues a sua palavra de ordem); a do padre Manoel Nunes, que renova a expedição do Tocantins, ultrapassando a foz do Araguia; a do padre Manuel de Souza no Xingú, tendo ido até as cabeceiras do seu afluente o Jurunas; a do padre Manuel Pires, pelo Amazonas, que oenverteu os Aruaquis, os Tupinambaranas e os Condurises; a do padre Antonio da Fonseca que converteu os Cariatós, os Pataruanas e os Andirases. — Na aldeia desses ultimos, se fabricava e pisava a frutinha que já era o *Guaraná*, cujas propriedades medicinaes conheciam aqueles indios); a do padre Salvador do Valle que converteu os Pauxis, aldeiando-os onde hoje está a cidade de Obidos; a do padre Francisco Gonçalves que atingio o Rio Negro, sendo dos primeiros a trazer a catequése neste rio, onde deixou inumeras aldeias.

Estas missões, feitas todas no Amazonas e em alguns de seus tributarios, eram realisadas através de perigos sem conta, não só oferecidos pelos indios, como pelas molestias, sendo interessante o que narram as cronicas, com relação ao rio Negro, onde a séca rapida e o excessivo calor faziam perecer nas lagunas estanques, animaes e peixes que pestilenciavam o ambiente.

Dos missionarios que avançavam nesta região, alguns morreram, outros tiveram a saude arruinada para sempre.

Ao fim destas missões, Vieira consegue redusir as tribus de Marajó, obtendo esta vitoria, quasi por um milagre da sua confiança em Deus, metendo-se no meio dos canibaes, como quem punha a vida á preço desta conquista.

Já o Maranhão tinha novo governador, D. Pedro de Melo. André Vidal fôra nomeado para Pernambuco.

Não obstante as boas disposições entre o padre Vieira e o novo governador, a luta entre colonos e jesuitas era manejada habilmente, sob o protesto continuo de que aos religiosos devia assistir somente a direção espiritual dos indios, e todos os indicios eram para um conflito inevitavel.

Por esse tempo, o padre Vieira, no meio das animosidades, que eram açuladas por elementos contrarios á Ordem, confia ao Padre Betendorf a investidura de primeiro missionario permanente da Amazonia, cujo territorio compreendia o dominio das missões, desde a aldeia de Gurupá até os limites com as colonias hespanholas, dos Andes, e cuja séde ficava na foz do Tapajós.

Estamos em 1661, quando se dá contra os jesuitas o levante do Maranhão, tendo estes abandonado o Colegio, diante da ira popular.

Alastrando-se o movimento ao Pará, ali foi preso o Padre Vieira com alguns companheiros, e em seguida franqueada a sua retirada imediata, para Lisboa.

Esta circunstancia trouxe ao trabalho das missões quasi que uma completa paralisação.

Chegado a Lisboa, Vieira, cujo espirito não se acomodava a derrotas, historiou as vexações por que passaram os religosos no Maranhão e no Pará, conseguindo impressionar a Côrte e obtendo desde logo favores para a reorganisação das missões, tão violentamente interrompidas.

Esta vitoria, porem, foi efemera. Com a ascensão ao trono de D. Afonso VI, este adotou uma politica francamente reacionaria aos interesses da Companhia. Veio logo a anistia aos sublevados, culpando-se mesmo á intransigencia dos jesuitas, as queixas e os levantes ocorridos, tirando-se aos mesmos o governo temporal dos indios e dando-se plena liberdade ás outras ordens religiosas para promoverem a catequése.

Assim vemos nesse tempo o governador Ruy Vaz organisar diversas expedições que eram desacompanhadas de jesuitas, sendo conhecidos os desastres de uma que mandou ao Amazonas, onde iam frades das Ordens do Carmo e Mercês e o proprio Vigario Geral, e de duas ao rio Negro, onde a tropa espedicionario poude contar noventa e seis aldeias dos indios Aruaquises, mas sem nenhum resultado sobre elas.

Tiveram a mesma sorte outras que foram dirigidas ao Xingú e ao Tocantins.

Parece que estava mesmo, sob um designio da Providencia, reservada aos jesuitas, a obra de conversão e aldeiamento dos indios da Amazonia.

Embora despojados das suas prerrogativas sobre as missões, a Companhia de Jesus não se mantinha inativa, e assim estendia agora a sua atividade em fazer prosperar os seus estabelecimentos de ensino e igrejas, mantendo sempre a sua influencia sobre as aldeias que fundara, não descurando de missionar, quando se lhe apresentavam casos de cativeiro, como sucedeu com o Padre Gersony em 1671 que avançou pelo rio Amazonas até a foz do Japurá, regressando com cerca de 900 indios Solimões.

Passam-se os governadores Antonio de Albuquerque, Coelho de Carvalho, Pero Cezar de Menezes, Ignacio Coelho da Silva e Francisco de Sá Menezes.

Estamos no ano de 1680.

Cria-se o Bispado do Maranhão. O Padre Vieira, embora privado de vir ao Brasil, reassume perante D. Pedro II, de Portugal, a sua influencia, e consegue a provisão de 1 de Abril desse ano em virtude da qual é prohibido o cativeiro dos indios, restituindo-se aos padres da Companhia de Jesus, o previlegio das missões e entradas pelo sertão e competencia temporal e espiritual sobre os indios. Estava a Companhia investida de plena e absoluta autoridade para a catequése.

Era instavel a legislação portugueza, apoiada como era, somente na vontade real.

Neste mesmo ano, outra lei era posta em pratica, dispondo que dos indios apenas uma terça parte era dada á administração da Ordem.

Novos disturbios surgem dia a dia, culminando o de 1684, chefiado por Manoel Beckman, em que se acusava a Companhia de toda decadencia comercial da colonia.

Nova expulsão dos jesuitas que operavam no norte do Brasil e efemero triumfo por parte dos colonos.

Com a expedição do General Gomes Freire de Andrade abre-se devassa contra os agitadores, sendo condenados á morte Manoel Beckman e Jorge Sampaio.

Não obstante quererem alguns padres que em face destes tristes acontecimentos fossem acabadas as missões, estas continuaram e neste mesmo ano de 1687, o padre superior Iodoco Peres, entrou em missão pela primeira vez, no rio Madeira, chegando a grande aldeia de Irurizes de onde voltando ao Pará, mandou para ali os padres João Angelo e José Barreiros, que missionaram nas muitas aldeias desses indios, entre as quaes as de Manicoré e Aripuanã.

Atendendo aos interesses da Colonia, as leis daí em diante refletem sempre uma tendencia economica sobre a necessidade da escravatura indigena, sem comtudo dispensar a influencia dos missionarios, com o que este se foram conformando.

Assim é que em 1688 partiram de Lisbôa com destino ás missões da Amazonia, os padres que tinham sido expulsos e mais dose missionarios, sob a direção de Betendofr, que sucedeu a Vieira na direção da Ordem.

Neste pé pareciam arrefecidos os odios contra a Companhia, cujo crime maior estava em querer, desde os seus primeiros martires, a liberdade dos indios e a sua introdução nos principios da civilisação pelos maios brandos que lhes poupassem a vida nas injustas guerras dos colonos.

Recomeçavam a sua obra de evangelisação, mas neste momento as missões se resentiam de um pronunciado interesse em monopolisar o trabalho dos indios, decaindo profundamente o zelo antigo de seus representantes, até chegar o governo de Mendonça Furtado em 1751.

Os jesuitas haviam de fato realisado a conquista da Amazonia, dando ás suas missões, ao longo do grande rio e seus tributarios, um carater especial de localisação dos indios, tendo como base uma fundação agricola para cada familia, com individualismo da produção, aliás tudo muito diferente do comunismo das missões do Paraguay.

A esse tempo pertencia a Companhia de Jesus todo distrito do sul do Amazonas até a fronteira, sem limitação alguma pelo sertão, bem como toda região do Madeira, tendo cedido a do rio Negro aos carmelitas por achar o encargo excessivo, abrangendo perto de 30 aldeias com uma população calculada de 50.000 indios.

As missões enriqueciam com o trabalho dos indios, e nesta epoca possuiam os jesuitas na Amazonia, propriedade exclusiva deles, nove fazendas ruraes e um rebanho de quatro mil cabeças de gado.

Dispunham tambem de um imenso exercito de trabalhadores, verdadeiros automatos diante da autoridade moral que sempre mantiveram, com o que se tornavam os maiores produtores da região, gosando alem disto os favores que eram dispensados ás missões, em materia de impostos.

Neste montante mercantil a que se entregavam os missionarios, em geral, cabia maior soma a Companhia de Jesus, mas não lhe seria isto labéo, entendendo-se que os jesuitas eram tambem colonisadores, e como taes, não podiam privar-se da sua função temporal na obra das missões, pois estas careciam de rendas.

Mas não podemos deixar de acreditar que o espirito dominante, neste particular, era muito diferente do que existia no tempo de Vieira.

No que toca ás missões do Pará, dizem os historiadores, certos exageros deste comercio preocupavam os superiores da Ordem, dando lugar ao odio crescente dos colonos que viam nelas uma competidora invencivel.

Acrescente-se a isto, a intransigencia dos padres quanto ao pagamento dos disimos, e sobretudo, a rebeldia em submeterem-se a superioridade hierarquica do Bispo do Pará, e teremos ajustadas as causas que deviam dar por terra com a poderosa Companhia de Jesus.

A bula de 25 de Fevereiro de 1741 contra os clerigos negociantes; o breve de 20 de Dezembro do mesmo ano, dirigido aos bispos do Brasil, sobre a escravidão dos indios, eram uma [illegible]ver-tencia manifesta á Companhia, cujo orgulho de poder deveria perdê-la.

Com a nomeação de Mendonça Furtado para Governador do Grão Pará, surge defrontando a Companhia de Jesus, a figura do Marquez de Pombal, ministro de D. José I e homem de grande energia.

Pombal considera a prosperidade da Amazonia ligada á liberdade dos indios, e porque agora os padres os escrevisem ao trabalho da Ordem, na exploração comercial dos produtos da região, manda que se cumpram integralmente a legislação que observa esta liberdade, não visando mesmo os jesuitas, pois, nesta ocasião, a Côrte ordena que os mesmos estabeleçam mais duas aldeias, uma na boca do Javarí e outra nas cabeceiras do Japurá.

Os jesuitas obstinavam-se em não reconhecer a liberdade dos indios, conforme dispunham as leis do Reino e se excediam em desobediencia, e até em resistencia, embora com um pouco de dissimulação. Esta má vontade já se vinha notando, quando da expedição dos comissarios portuguez e hespanhol, a qual subia o rio Negro para traçar a linha divisoria das duas nações, tendo de voltar dali, por se lhe oporem o sindios, em nome de um suposto rei indigena, que outra cousa não era mais que uma fantasma creado pela imaginação dos jesuitas. E quando para o mesmo fim, chegavam ás cabeceiras do rio Negro os 3.000 homens da expedição luzo hespanhola do Conde de Bobadela e do Governador de Buenos Aires, teve esta de lutar contra os indios das missões, chefiados pelos proprios padres, feitos generaes e carabineiros.

Dentro do rio Negro patrocinaram o mameluco Francisco Portilho de Mello que chegou a ter as suas ordens perto de mil indios, em varias povoações.

O fato, porem sobre o qual mais manifestamente se refletiam os intuitos rebeldes dos jesuitas ,foi o da creação da Companhia de Comercio do Grão-Pará.

Contra esta medida, obra do poderoso Ministro, se manifesta do pulpito em violenta satira o padre Manoel Balester, que foi logo exilado com o seu companheiro, padre Bento da Fonseca.

Estão no mesmo plano as questões que tantas lutas geraram, dentro de dois seculos. Os antagonistas são os mesmos, porem com papeis trocados. Agora é a Companhia de Jesus que se opõe á emancipação dos indios, e no orgulho da sua grandeza, não medio bem a estatura do homem a quem eram confiados os negocios da Colonia e o destino reservara desfechar o ultimo golpe no cativeiro dos indios.

No meio destas inquietações que se multiplicavam dia a dia, venceu o audaz Ministro as ultimas hesitações do rei, e no dia 3 de Setembro de 1759, surge o famoso Alvará, expulsando do Brasil e Portugal todos os jesuitas. Quatro anos depois era extinta a Companhia de Jesus.

Pedro Calmon diz que sem a questão do cativeiro dos indios, (naturalmente o diz por parte dos colonos), o drama da catequese não ofereceria os aspectos tragicos que teve no norte do Brasil.

Concordamos que assim o seria, se o mesmo espirito de catequése que animara os primeiros padres e fizera os seus primeiros martires, se tivesse conservado naqueles que tanto desvirtuaram os seus intentos, depois.

Da maneira por que procedia a Companhia em seus ultimos tempos, em alguma cousa podia ser util a ela, mas ás nações colonisadoras já de nada servia, pois escravidão pesada era o que ela impunha aos indios de seus aldeiamentos, especialmente na Amazonia.

E assim diz um cronista da Companhia "se fez com o correr dos tempos pernicioso abuso, o que fôra no introito auxiliar fecundo".

Tenhamos mesmo de lamentar a ruina e o despovoamento das aldeias subtraidas á administração dos jesuitas, mas o que não se pode escurecer no ato de Pombal é a largueza de intuitos e o espirito de humanidade que nele havia para com os indios, emancipando-os de qualquer cativeiro.

Se a atitude de Pombal foi levada até a extinção da Companhia, foi mais por orgulho e inconsiderado poderio desta, sendo certo que em tudo perderam os indios, pois melhor lhes era a tutela dos religiosos, que o abandono em que foram lançados depois pelo poder civil, ocasionando o despovoamento das aldeias e o regresso á selva.

PROPOSIÇÕES

Acausa principal das correntes maritimas é a diferença de temperatura nas aguas do mar.

* * *

O fénomeno das marés é devido á atração exercida sobre o globo terrestre pela Lua e pelo Sol.

* * *

A terra age sobre os metaes magneticos exatamente como se fosse um grande iman.

* * *

Os meredianos terrestres não são circulos e sim elipsoides de revolução.

* * *

A revelação da civilização egipcia é devida, em grande parte, a Champollion.

* * *

Sob o ponto de vista comercial, industrial e agricola, as Cruzadas tiveram grande importancia para a Europa.

* * *

O principal fator, que originou a Grande Guerra, foi de ordem economica.

* * *

O Manganez constitue, por sua excelente qualidade, uma das grandes riquezas mineraes do Brasil.

* * *

O regimen mais ou menos estavel das aguas do Amazonas é grandemente subordinado a interferencia do regimen dos seus afluentes.

* * *

O principal produto amazonico de exportação é a borracha.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM